

Pedagogia Social e Educação Social no cenário Brasileiro: para além e aquém dos muros da escola

Anelise de Oliveira Rodrigues & Sidinei Pithan da Silva

Resumo:

A educação como prática social é complexa, permeada por tensões, dilemas e conflitos, que exigem um posicionamento ético e político. Dessa forma, este artigo aborda as temáticas da Pedagogia Social e da Educação Social com o objetivo de analisar concepções teóricas e propor provocações sobre novas perspectivas e possibilidades para essa área. Aborda também o papel do educador social em seus múltiplos espaços de atuação, com foco especial na Educação Popular. A metodologia norteadora do trabalho é de abordagem qualitativa, embasada em uma pesquisa de caráter bibliográfico. A construção do referencial teórico foi fundamentada em autores como Caliman (2009, 2010, 2011), Freire (1996), Gadotti (2007) entre outros. Conclui-se que a Pedagogia Social está alicerçada nas ciências da educação e é entendida como uma ciência por ter seu próprio campo de atuação: a Educação Social. Concentra seus esforços em sujeitos em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento humano e fortalecendo os laços sociais por meio de ações educativas libertadoras e emancipatórias. Assim, é imperativo que a Pedagogia Social ultrapasse os muros da escola, fazendo unísono e explodindo o grito de justiça social, para aquém e para além deles.

Palavras-chave:

Pedagogia Social; Educação Social; Educador Social.

Social Pedagogy and Social Education in the Brazilian scenario: beyond and below the walls of the school

Abstract: Education as a social practice is complex, permeated by tensions, dilemmas and conflicts, which require an ethical and political positioning. Thus, this article addresses the themes of Social Pedagogy and Social Education with the objective of analyzing theoretical conceptions and proposing provocations about new perspectives and possibilities for this area. It also addresses the role of the social educator in his multiple areas of action, with a focus on in Popular Education. The guiding methodology of the work is a qualitative approach, based on a bibliographic research. The construction of the theoretical framework was based on authors such as Caliman (2009, 2010, 2011), Freire (1996), Gadotti (2007) among others. It is concluded that Social Pedagogy is based on the education sciences and is understood as a science because it has its own field of action: Social Education. It focuses its efforts on subjects in situations of social vulnerability, contributing to human development and strengthening social bonds through liberating and emancipatory educational actions. Thus, it is imperative that Social Pedagogy goes beyond the walls of the school, making unison and exploding the cry of social justice, beyond and below them.

Keywords: Social Pedagogy; Social Education; Social educator.

Pédagogie sociale et éducation sociale dans le scénario brésilien : au-delà et sous les murs de l'école

Sommaire: L'éducation en tant que pratique sociale est complexe, imprégnée de tensions, de dilemmes et de conflits, qui nécessitent une position éthique et politique. Ainsi, cet article aborde les thèmes de la pédagogie sociale et de l'éducation sociale dans le but d'analyser les conceptions théoriques et de proposer des provocations sur de nouvelles perspectives et possibilités pour ce domaine. Il aborde également le rôle de l'éducateur social dans ses multiples domaines d'action, avec un l'accent sur l'éducation populaire. La méthodologie directrice du travail est une approche qualitative, basée sur une recherche bibliographique. La construction du cadre théorique s'est appuyée sur des auteurs tels que Caliman (2009, 2010, 2011), Freire (1996), Gadotti (2007) entre autres. Il est conclu que la Pédagogie Sociale est basée sur les sciences de l'éducation et est comprise comme une science parce qu'elle a son propre champ d'action : l'Éducation Sociale. Elle concentre ses efforts sur des sujets en situation de vulnérabilité sociale, contribuant au développement humain et au renforcement du lien social par des actions éducatives libératrices et émancipatrices. De cette façon, il est impératif que la Pédagogie Sociale dépasse les murs de l'école, faisant l'unisson et faisant exploser le cri de justice sociale, de ce côté-ci et au-delà.

Mots clés: Pédagogie sociale ; Éducation sociale; Éducateur social.

Pedagogía Social y Educación Social en el escenario brasileño: más allá y debajo de los muros de la escuela

Resumen: La educación como práctica social es compleja, permeada por tensiones, dilemas y conflictos, que exigen un posicionamiento ético y político. Así, este artículo aborda los temas de la Pedagogía Social y la Educación Social con el objetivo de analizar concepciones teóricas y proponer provocaciones sobre nuevas perspectivas y posibilidades para esta área. También aborda el papel del educador social en sus múltiples áreas de acción, con una foco en la Educación Popular. La metodología rectora del trabajo es de abordaje cualitativo, a partir de una investigación bibliográfica. La construcción del marco teórico se basó en autores como Caliman (2009, 2010, 2011), Freire (1996), Gadotti (2007) entre otros. Se concluye que la Pedagogía Social se fundamenta en las ciencias de la educación y se entiende como ciencia porque tiene un campo de acción propio: la Educación Social. Centra sus esfuerzos en sujetos en situación de vulnerabilidad social, contribuyendo al desarrollo humano y fortaleciendo los lazos sociales a través de acciones educativas liberadoras y emancipadoras. Así, es imperativo que la Pedagogía Social traspase los muros de la escuela, haciendo unísono y haciendo estallar el grito de justicia social, más allá y por debajo de ellos.

Palabras clave: Pedagogía Social; Educación Social; Educador Social.

Introdução

Este artigo objetiva analisar as concepções teóricas em torno da Pedagogia Social de modo a suscitar provocações sobre novas perspectivas e possibilidades para esta área. O estudo é resultado de inquietações frente ao tema Pedagogia Social e provoca reflexões a partir de um panorama geral que inclui os desafios enfrentados, as conquistas vivenciadas, as competências do educador social e os impactos produzidos em seus diferentes espaços de atuação. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa, pautada em pesquisa bibliográfica, efetivada por meio da apreciação detalhada de literaturas e artigos científicos. A construção do referencial teórico fundamentou-se em autores como Caliman (2009, 2010, 2011), Freire (1996), Gadotti (2007) entre outros, que propiciam suporte necessário para a abordagem do tema proposto.

Embora as políticas educacionais no Brasil contemplem a ideia «educação para todos», a discussão sobre Pedagogia Social ainda é principiante, com muitas insuficiências e lacunas a serem preenchidas. Frente aos distanciamentos entre teoria e prática, é necessária a reflexão sobre a proposta de democratização da educação, de modo a questionar se esta de fato ocorre e em que circunstâncias atende efetivamente as demais demandas sociais.

Desta forma, esta problemática se confirma de extrema relevância, ao considerarmos que ascende novos contornos ao processo educacional, sendo oportunos os debates que tencionam pensar possibilidades aos problemas e provocações emanados de uma sociedade em constante transformação. A proposta desta pedagogia inclui um caráter social à educação e dialoga com a realidade, apontando tensões e chamando para si a responsabilidade de propiciar aos sujeitos excluídos, esquecidos, marginalizados, a pensar criticamente sobre as circunstâncias que os afligem, e que, muitas vezes, são decorrentes da falta de políticas públicas, ou de equívocos inculcados por elas, quando se voltam aos interesses daqueles que mantêm o monopólio do poder e as tornam invisíveis para as minorias.

Nesta perspectiva, a Pedagogia Social tem por foco minimizar as desigualdades, historicamente acumuladas, não na forma ilusória, de falácias ou palavrórios, mas por meio do exercício da reflexão-ação. Neste processo, há que se considerar que as ações socioeducativas precisam assegurar a igualdade de oportunidades, de modo que os sujeitos por elas alcançados possam laborar por equidade e justiça social, vislumbrando um contexto mais democrático, onde todos sejam reconhecidos, pensados, incluídos e respeitados. Ainda, o fazer educativo, na perspectiva apontada, pode contribuir para que as discriminações decorrentes de classe social, questões raciais, étnicas, culturais, religiosas, de gênero ou de qualquer outra ordem, sejam rejeitadas, a pluralidade seja compreendida, o assistencialismo ceda lugar à garantia de direitos e à dignidade.

No escopo da Pedagogia Social é mister que se insira uma concepção de educação que priorize conteúdos significativos à vida e extrapole os limites da sala de aula, perpassando paredes, muros, fortalecendo os laços com a comunidade ao seu entorno e constituindo cidadãos plenos, emancipados e mais humanos.

A realização deste estudo justifica-se, portanto, pelo fato de buscarmos respostas a ações mais coerentes, mais produtivas e mais significativas, considerando a atuação do educador social, de modo a ampliar a discussão e compreensão em torno da Pedagogia Social, bem como aprofundar o debate sobre a importância da prática pedagógica e como ela contribui para o desenvolvimento de sujeitos inseridos em contextos de Educação Social.

Caminhos da Pedagogia Social: percurso histórico, conceitos e outras reflexões

A Pedagogia Social, considerada a ciência da Educação Social (Núñez, 1999), teve início na Europa, onde foi amplamente disseminada, sobre o prisma de vários enfoques e vertentes, empreendendo, também, esforços para o trabalho social, direcionado ao acolhimento das necessidades humanas, em especial no que tange às vulnerabilidades e riscos sociais. Para Quintana (1997), as terminologias Educação Social e Pedagogia Social, tiveram origem na Alemanha, e foram introduzidas a partir de estudos do pedagogo Adolfo Diesterweg, em seu livro *Bibliografia para a Formação dos Professores Alemães* (1850), referenciando os pressupostos do pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi, teórico reconhecido por estudiosos da História da Pedagogia como «o educador da humanidade», grande defensor da democratização da educação, com vistas ao alcance das camadas populares, e, um dos pioneiros da pedagogia moderna.

Nos séculos XIX e XX, com o advento da Revolução Industrial, a Pedagogia Social ganha força na Alemanha, incumbindo-se das adversidades que atingiam e desestruturavam a coletividade, como as imigrações, o crescimento desordenado das cidades e consequentemente as submoradias, as aglomerações urbanas, as greves, a pobreza, a exclusão econômica e cultural, a negligência familiar, entre outros elementos resultantes deste cenário, e, intensificados com a Primeira Guerra Mundial e os resquícios pós-guerra.

De acordo com Machado (2013) foi neste período conturbado pós-guerra que o pedagogo e filósofo alemão Herman Nohl, fundou a *Universidad Popular* em Jena, abordando e elucidando muitas questões que passaram a compor a estruturação inicial da Pedagogia Social, estabelecendo interlocuções com a área jurídica, a psiquiatria e o trabalho social.

Pinel et al. (2012, p. 2), afirmam que os termos Pedagogia Social e Educação Social não são sinônimos, apesar de muitas vezes serem utilizados como similares, e os distinguem da seguinte forma:

Pedagogia Social é uma disciplina científica; uma teoria que irá fornecer as ferramentas para a Educação Social, que é uma práxis. Entretanto, uma está intrinsecamente ligada à outra, mesmo que se diferenciem na produção discursiva (Pedagogia Social) para criar tentativa de sustentação de uma práxis (Educação Social).

Nesta mesma concepção Caliman (2011, p. 244) afirma que a Pedagogia Social emerge

[...] como uma ciência que oferece as bases metodológicas e teóricas para a Educação Social. A Educação Social, por sua vez, constitui-se em uma dimensão prática onde acontece a aplicação das técnicas, metodologias, dinâmicas geradas no diálogo com a Pedagogia Social. Se uma se associa à teoria, a outra se associa à prática. No entanto as duas devem caminhar juntas assim como a reflexão e a ação: uma constrói e alimenta a outra. Sem prática não tem teoria; sem teoria a prática arrisca a se tornar um ritual sem sentido.

No Brasil, a origem da Pedagogia Social está relacionada à Educação Popular, e sobressai em meados do século XX, imbricada a um panorama histórico permeado de dificuldades, com acentuadas desigualdades sociais, sendo a educação privilégio de poucos e o analfabetismo uma realidade de grande parte da população. O manifesto dos pioneiros da escola nova (Azevedo, et al., 1932), em sua luta na defesa da bandeira por escola pública, laica, obrigatória e gratuita, também influenciou o enredo da Educação Popular no Brasil, estando o termo subentendido em torno da educação escolar para todos.

Para Gadotti (2007, p. 22),

[...] a educação popular é uma das mais belas contribuições da América Latina ao pensamento pedagógico universal. Isso se deve, em grande parte, à atuação internacional de um dos seus mais importantes representantes: Paulo Freire. Ele deixou, por onde passou as sementes de uma concepção popular emancipadora da educação. Essas sementes floresceram em numerosos grupos e organizações, nas últimas décadas, unindo conscientização e organização popular. Ao contrário de concepções educacionais nascidas nos gabinetes dos burocratas ou de pedagogistas bem-intencionados, a educação popular nasceu, na América Latina, no calor das lutas populares, dentro e fora do Estado.

O pensamento freiriano, destaca-se, sendo reconhecido mundialmente como referência neste campo, com ênfase em uma proposta pedagógica voltada para o oprimido, ponderando suas lutas, necessidades, compreendendo sua realidade, e instigando

a Educação Social crítica, emancipatória, a educação para a liberdade, a educação dialógica que se opõe ao autoritarismo e a educação tradicional, bancária.

Gadotti (2007), afirma ainda que a Educação Popular se funda num mosaico de teorias e de práticas, mas aponta que elas têm em comum,

[...] o compromisso com os mais pobres, portanto, com a emancipação humana. São perspectivas razoáveis, sérias, fundamentadas, cotejadas constantemente com a dureza dos fatos. Todas refletem uma recusa à educação do colonizador. Não uma recusa oportunista ou servil, mas uma recusa utópica e amorosa; uma recusa que aceita duvidar das próprias condições de produção científica e das certezas alcançadas, para evitar a mistificação da razão prática. Uma série de perspectivas que coincidiram em várias opiniões, uma delas, a busca de uma ciência social e educativa integradora, radical, cognitiva e afetiva, e, ao mesmo tempo, heurística, consciente de que é impossível separar a ciência dos interesses humanos. (p. 25)

Nessa visão, a Educação Popular estabelece um pacto com os menos favorecidos, pautado no respeito, na amorosidade, se compromete com o processo de humanização dos sujeitos, conferindo a eles confiança, voz, dignidade, acreditando neles e viabilizando estratégias para descobrirem as condições de vencer os processos sutis de opressão.

Cid Fernández et al (2018, p. 11), defendem que a Educação Social “promove a prevenção, ou acompanhamento e controle de absenteísmo escolar, a revitalização e participação familiar e comunitária, educação para a convivência, a resolução de conflitos, a educação em valores, ou desenvolvimento de programas de inteligência emocional e para competência social”.

A partir das ideias, expostas na literatura, entendemos que, desde os primórdios, a Pedagogia Social teve por finalidade refletir, criar hipóteses e apontar possibilidades para os infortúnios sociais, buscando interferir positivamente em circunstâncias que afligiam alguns grupos desfavorecidos, vítimas de violação de direitos.

Pedagogia Social, Educação Social, Educação Popular: diálogos, perspectivas e desafios

O que existe em comum entre a Educação Popular defendida por Paulo Freire e a Pedagogia Social é o imperativo de se debater a libertação dos sujeitos por meio de processos educativos transformadores, críticos. A Pedagogia Social baliza novos olhares sobre o papel da educação na formação dos sujeitos historicamente excluídos.

A exclusão social é fruto amargo da sociedade moderna, apesar dos tantos avanços em seus vários setores. Não se trata apenas de uma exclusão do mundo do trabalho,

considerada uma das consequências mais duras do capitalismo neoliberal, através do fenômeno do desemprego, mas também da exclusão dos outros bens básicos: a saúde, a educação, a alimentação, a moradia, a terra, o lazer etc. Trata-se de exclusão da dignidade humana, criando uma enorme massa de descartáveis, os sem-nada. (Sella, 2002, p. 13)

A partir destes entendimentos, podemos então afirmar que a Pedagogia Social surgiu como possível resposta às exigências de grupos sociais, que vivem em condições de marginalidade, de pobreza, de dificuldades em diversos âmbitos, sem acesso às políticas sociais básicas como educação e saúde. Ainda, a Pedagogia Social pode ser compreendida como um importante instrumento de prevenção, recuperação e transformação, que pode provocar os sujeitos a uma reflexão crítica da realidade, de modo que estes busquem alternativas, construam conhecimentos e visualizem possibilidades para o exercício da cidadania plena.

Gadotti (2007) analisa que, para além dos sujeitos empobrecidos e marginalizados, a Pedagogia Social, por meio das educações dela oriundas (Educação Social, Educação Popular, Educação Comunitária), abrange também aos educadores. O autor vê, nas teorias de Freire, uma possibilidade para que as práticas pedagógicas sejam ressignificadas, e, os educadores sejam acolhidos em suas angústias, frente à complexidade de suas funções,

Paulo Freire enxergou isso com clareza no seu livro *Pedagogia do oprimido* (Freire, 1970). Os originais desta obra começam com a conhecida dedicatória: “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (id.,ib., p.17). Considero essa dedicatória como uma síntese de toda a sua obra. Ele não escreveu sua pedagogia do oprimido apenas pensando nos oprimidos, mas pensando também nos não oprimidos que com os oprimidos “sofrem”, mas, sobretudo “com eles lutam”. Penso que os educadores sociais são também aqueles que, mesmo não sendo, necessariamente, oprimidos, lutam ao lado deles. (Gadotti, 2007, p. 11)

Orzechowski e Caliman (2023), afirmam que o legado construído por Freire, implica em cuidar do outro, conviver, ter consciencia que a humanidade faz parte de um todo, um ambiente que pode conter características de hostilidade ou de amorosidade, que pode acolher ou repelir. O diálogo e a liberdade apoiada pela autoridade, possibilita a construção de igualdade social, baseada no altruísmo e na tolerância, elementos essenciais para o bem comum.

Caliman (2010) define a Pedagogia Social como uma ciência prática, social e educativa, não formal, que promove a socialização, a prevenção de conflitos sociais. Já

Gadotti (2007) afirma que a Pedagogia Social pode ser formal ou não formal, no entanto, reconhece como majoritário o campo não escolar. Nesta óptica, conclama cautela, a fim de que a esfera de atuação do educador social não seja limitada. Pois, a escola, enquanto espaço democrático, ao abrir passagens a novas experiências, novas práticas, novas epistemologias, pautadas nas demandas, interesses, nos saberes populares, possibilitará que neste contexto os conhecimentos sejam problematizados, aprofundados e construídos, onde, a rigorosidade científica está aliada à vida e ao serviço da mudança.

De acordo com Freire (1996, p. 161),

É preciso, [...] reinsistir em que não se pense que a prática educativa vivida com afetividade e alegria, prescindida da formação científica séria e da clareza política dos educadores ou educadoras. A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente, da permanência do hoje.

Frente às circunstâncias que permeiam a atual conjuntura, é notória a necessidade de expandir a educação para além dos muros escolares. Os desiguais precisam ser compreendidos, não podem mais continuar invisíveis. A educação não é neutra e nesta concepção não pode permanecer inerte diante das injustiças sociais, precisa desvencilhar-se das amarras que a tornam reprodutora de paradigmas da classe dominante e a distanciam da equidade social. Precisa aproximar-se do clamor do povo, constituindo um novo olhar, não um olhar assistencialista, mas um olhar genuíno, direcionado a uma práxis libertadora, onde, todos tenham o direito de sonhar.

Ao atribuir condição social à educação, a Pedagogia Social vai galgando espaços em diferentes âmbitos e perspectivas, atrelando-se a abraçar questões e causas que implicam na (des) organização da sociedade. O campo de atuação da Pedagogia Social é a Educação Social, que por sua vez, envolve uma extensa gama de possibilidades.

A educação social compreende a educação de adultos, popular, comunitária, cidadã, ambiental, rural, educação em saúde e se preocupa, particularmente, com a família, a juventude, a criança e o adolescente, a animação sociocultural, o tempo livre, a formação na empresa, a ação social. O educador social atua no âmbito da Educação de adultos, Educação parental, Educação de deficientes, Educação laboral e ocupacional, Educação para o tempo livre, Educação cívica, Educação comunitária, Educação para a saúde, Educação penitenciária, Educação intercultural, Educação ambiental e outros. (Gadotti, 2007, p. 17)

A Pedagogia Social favorece a integração do ser humano no meio em que ele vive por meio de ações teórico-práticas e socioeducativas. Apresenta como objeto atender

as necessidades dos sujeitos, diminuir situações de riscos e/ou vulnerabilidades e amenizar problemas sociais, muitas vezes emanados de políticas públicas equivocadas, que disseminam as desigualdades, reforçam a opressão e aniquilam possibilidades. Ainda de acordo com Caliman (2009), o prioritário na Pedagogia Social é a prevenção e a recuperação das deficiências de socialização, em especial, em comunidades onde há insatisfação das necessidades fundamentais. Ela vai trabalhar no intuito de promover bem-estar, superar condicionamentos sociais, possibilitar o exercício da cidadania, causar a promoção social, e, em especial, garantir direitos aqueles a quem é negado ser mais.

A educação referendada na Pedagogia Social direciona-se ao desenvolvimento da socialização, compreende indivíduos ou grupos em situações de conflito social e intenciona o autoconhecimento, a autonomia dos sujeitos, sua emancipação enquanto sujeitos de direitos, o fortalecimento de relações pessoais, reconhecendo que a aprendizagem se dá pela participação social e pode ser alcançada nas práticas coletivas de organização da comunidade.

Para Cid Fernández e Borges Veloso (2022), a Educação Social exerce a função de transformar a estrutura organizacional da escola e de estabelecer a dimensão educativa em todos os seus tempos e espaços. Na perspectiva destes autores, “a educação social e a escolar são elementos de uma mesma unidade e as diferenças entre elas são suas respectivas especificidades profissionais que devem ser especificadas em tarefas distintas, mas com uma missão comum em um espaço institucional compartilhado” (Cid Fernández & Borges Veloso, 2022. p. 139).

Os campos da Pedagogia Social são múltiplos e complexos. Existe uma diversidade de nomenclaturas, conceitos e concepção, bem como, similaridades entre as vertentes e enfoques. Conscientes da distinção entre Pedagogia Social (que está ao âmbito da ciência) e Educação Social (domínio pragmático), cabe esclarecer a concepção das terminologias educador social e pedagogo social, utilizadas para designar os profissionais que operam neste campo, apesar de próximos e de muitas vezes se relacionarem ou serem utilizados como semelhantes, não significa que a formação e as áreas de intervenção sejam idênticas. Para Caride (2005) o educador social está relacionado à intervenção, à prática e o pedagogo social às questões teórico-reflexivas, sendo, para neste caso, imprescindível a formação em curso de Pedagogia. Em muitos casos, o pedagogo atua como educador social, visto que a Educação Social abrange profissionais de diversas áreas, que podem trabalhar em variados contextos socioeducativos e receber diferentes alcunhas. Para Gadotti (2007, p. 12),

Eles são arte-educadores, oficinairos, artistas populares, artesãos, mas são também professores, advogados, sociólogos, cientistas sociais, psicólogos, pedagogos, trabalhadores sociais, historiadores, geógrafos, físicos matemáticos, químicos, inclusive delegados de polícia, promotores, juízes, administradores públicos, militares,

engenheiros e arquitetos, trabalhando no campo, nas periferias urbanas, nos centros degradados das metrópoles, nas ruas e praças, com crianças, jovens, adultos e idosos, pessoas portadoras de deficiências, quilombolas, indígenas, catadores de produtos recicláveis. Eles são voluntários ou contratados por organizações não governamentais, por empresas privadas ou pelo poder público, trabalhando por um meio ambiente sustentável, pelos direitos humanos, pela cidadania, no trânsito, na formação profissional, no empreendedorismo, no protagonismo infanto-juvenil, no esporte, cultura, lazer, em atividades subsidiárias do ensino formal desde a educação infantil até o ensino superior, tratando da problemática das migrações, da marginalização, dos habitantes da rua, dos dependentes químicos, de apenados, do analfabetismo, chegando muitas vezes até onde o poder público não consegue chegar.

Os educadores sociais buscam o reconhecimento de sua profissão, bem como, anseiam por um espaço sólido de formação. Em seus estudos, Cid Fernández e Borges Veloso (2022, p. 129), destacam que “o desenvolvimento profissional da Educação Social na escola não tem evolução linear e igual nas diferentes geografias” e que está associado a um conjunto de decisões da esfera política educacional. Os autores revelam que a Espanha não possui um programa comum e coordenado entre as diferentes administrações em nível estadual para incluir profissionais da Educação Social nas escolas, mas, são realizadas ações isoladas em cada território e chamam atenção para a existência de fatores desprofissionalizantes como a “fragmentação da profissão, a escassez de emprego, a ausência de monopolização, uma regularização deficiente, falta de autonomia dos profissionais, atribuição de tarefas não educativas e a precariedade por financiamento instável”.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, 1996) vai reconhecer a existência de contextos educativos situados fora do âmbito escolar, quando em seu artigo 1º estabelece que a educação: “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Lei n.º 9.394, 1996).

Desta forma, percebe-se crescente interesse sobre o tema e cursos de graduação de diferentes áreas, começam a incluir em suas grades curriculares disciplinas sociopedagógicas, voltadas aos estudos destas demandas, com aportes teóricos provenientes, especialmente, da Pedagogia, da Sociologia, da Psicologia e da Assistência Social. Ainda, sabe-se que algumas instituições ofertam cursos de extensão, especialização, mestrado e doutorado, em diferentes pontos do país, além de pesquisas relacionadas ao assunto.

No Brasil, desde 2009 tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n.º 5.346 (2009) que dispõe sobre a criação da profissão de educador social. Em 2015, neste

mesmo sentido, tramitou no Senado Federal outro Projeto de Lei, sob n.º 328 (2015), mas devido a muitas fragilidades, em maio de 2019, foi substituído pelo Projeto de Lei n.º 2.676 (2019). Este último documento atribui caráter pedagógico e social ao ofício, e afirma que ele deve estar relacionado à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas. Quanto ao grau de instrução do profissional, o documento admite diferentes níveis de escolarização. Define como campo de atuação, contextos educativos não escolares, abrangendo:

I - pessoas e comunidades em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica; II - a preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais; III - os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais; IV - a realização de atividades sócio educativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais; V - a realização de programas e projetos educativos destinados à população carcerária; VI - as pessoas portadoras de necessidades especiais; VII - o enfrentamento à dependência de drogas; VIII - as atividades sócio educativas para terceira idade; IX - a promoção da educação ambiental; X - a promoção da cidadania; XI - a promoção da arte-educação; XII - a difusão das manifestações folclóricas e populares da cultura brasileira; XIII - os centros e/ou conselhos tutelares, pastorais, comunitários e de direitos; XIV - as entidades recreativas, de esporte e lazer. (Projeto de Lei n.º 2.676, 2019)

Como vemos, o documento é sucinto, e não compreende todos os aspectos que permeiam a Educação Social. A crítica se acirra, em especial, no que tange ao nível de escolaridade, pois ao não estabelecer qualificação mínima para o exercício da função, denota fragilidade e causa preocupação, pois sabemos que a formação do profissional é condição de êxito para uma educação de qualidade.

O educador Social precisaria combinar capacidade racional e sensível, vinculando os saberes educativos às práticas realizadas na política social. Para isto, deve adotar uma metodologia inter, trans e multidisciplinar, crítica, estimulante, criativa, e principalmente que compreenda a realidade da classe a que se destina. Assim, sua atuação em conjunturas de Educação Social insurge no desígnio de propor diálogos e reflexões sobre as classes em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, como, por exemplo, em assistência a crianças em estado de pobreza extrema, fome, miséria, jovens em medida socioeducativa, adolescentes expostos a circunstâncias de prostituição, drogadição, sujeitos a violências, famílias em situação de calamidade pública, moradia precária, ou ainda, pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados

pela exclusão, independente de classe social, como negros, deficientes, mulheres, crianças, entre outros.

Sob este enfoque, o educador vai buscar alternativas, elaborar propostas e estratégias de intervenção objetivando minimizar conflitos e dificuldades vivenciadas pela sociedade, além de propor condições e ambientes de aperfeiçoamento e desenvolvimento socioeducativo, bem como, atender demandas como desigualdades sociais e atuar na garantia dos direitos humanos, oferecendo a segurança da acolhida e trabalhando para o fortalecimento dos vínculos ou reconstrução daqueles que foram rompidos.

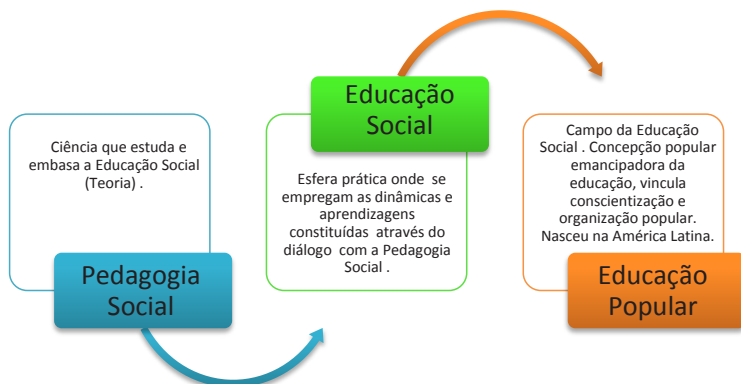
Considerações Finais

À luz da literatura debatida neste estudo, é plausível a compreensão da Pedagogia Social como uma estratégia de ação didático-pedagógica que possibilita práticas socioeducativas capazes de provocar novos olhares e melhores resultados sociais. Ainda, abarca a ideia da educação enquanto prática social e política, que transforma a realidade por meio de esforço crítico, reflexivo e coletivo, mobilizando educadores e educandos, enquanto sujeitos da ação.

As terminologias Pedagogia Social, Educação Social e Educação Popular, embora profundamente imbricadas, e, muitas vezes usadas como similares, possuem suas particularidades, historicidades e especificidades que precisam ser compreendidas com maior afinco, a fim de ampliar e propagar as interlocuções, esclarecendo pontos ainda ambíguos. A figura 1 apresenta de forma sintetizada a concepção de cada um dos termos:

Figura 1

Pedagogia Social, Educação Social e Educação Popular.



Fonte: Gadotti (2007). Elaboração: Os autores (2022).

Ainda nesta perspectiva, Bravian et al. (2020, p.14), afirma que:

Esses campos não são dicotômicos em nosso contexto e não existem hierarquias no saber que se produz na universidade e no espaço educativo social. Precisamos todos estar, cada vez mais, juntos e envolvidos na militância educativa social por um país melhor.

Estas propostas, mesmo diante de suas diferenças conceituais ou ideológicas, suggestionam a luta por mudanças, por superação da lógica desumanizadora e por justiça social. Assim, o educador social vai criar condições e desenvolver ações importantes para que todos aqueles, que de alguma forma sofrem, se tornem conscientes da vocação para ser mais e pelo direito de constituírem-se protagonistas no enredo de suas próprias histórias. O trabalho do educador social é muito mais que uma simples adição de atividades, é um trabalho com foco e objetivos definidos. Na concepção de Cid Fernández e Leal (2018, p. 397) “é preciso mudar a ideia de que estamos desenvolvendo um trabalho de “ajuda” e lembrar que o nosso trabalho consiste em defender que se respeitem os direitos básicos do coletivo em questão.

Diante do exposto, é possível afirmar que a Pedagogia Social, através da Educação Social, pode sim, ser uma alternativa de ação pedagógica que favorece a transposição/reconstrução dos conhecimentos, por meio de uma perspectiva de ensino mais humanizada, para quem e além dos muros escolares. Pode mais, pode derrubá-los, e no lugar de muros pode edificar pontes, cujas estruturas suportem o peso das mazelas, dos flagelos sociais. Pontes que permitam o acesso de forma igualitária, justa. Pontes revolucionárias, capazes de fortalecer os vínculos e de aproximar a educação da comunidade, independentemente de onde ela se dê, incumbindo-se da existência humana, do direito à vida, à dignidade, por meio de aparatos críticos e éticos, que persistem em acreditar nos improváveis, munindo-os de esperança e instigando-os à luta.

Referências:

- Azevedo, F., Peixoto, A., Doria, A.S., Teixeira, A.S., Filho, M.B.L., Pinto, R., Pessoa, J.G.F., Filho, J.M., Briquet, R., Casassanta, M., Carvalho, C.D., Almeida Jr., A.F., Fontenelle, J.P., Barros, R.L., Silveira, N.M., Lima, H., Vivacqua, A., Filho, F.V., Maranhão, P., & Gomes, R. (1932). *O manifesto dos pioneiros da educação nova*. Nacional.
- Bravian, R., Paiva, J. S., & Pinel, H. (2020). As relações entre pedagogia social, educação social e educação popular no Brasil: saberes-fazer de resistência, produzindo subjetividades resilientes. *Revista Educação Popular*, 19, 4-24. <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/50913/29809>.

- Caliman, G. (2011). Pedagogia Social: contribuições para a Evolução de um Conceito. In R. Silva et al. (Org.). *Pedagogia Social: contribuições para uma Teoria Geral da Educação Social* (pp. 236-259). Expressão e Arte.
- Caliman, G. (2010). Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador. *Revista de Ciências da Educação*, 23, 341-368. <https://sites.unicentro.br/wp/cursodepedagogia/files/2011/08/caliman-pedagogia-social-transformadora.pdf>.
- Caliman, G. (2009). A Pedagogia Social na Itália. In J. C. Souza Neto, R. Silva & R. Moura (Org.). *Pedagogia Social* (pp. 51-60). Ed. Expressão e Arte.
- Caride, J. A. (2005). La pedagogía social en España. In V. Nuñez. *La educación en tiempos de incertidumbre: las apuestas de la Pedagogía Social* (pp. 113-155). Gedisa.
- Cid Fernández, X. M., & Borges Veloso, C.A. (2022). La profesionalización de la educación social en la escuela. *Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria* 41, 127-142. DOI: 10.7179/PSRI_2022.41.09
- Cid Fernández, X. M., & Leal, R.P. (2018). A escola non foi feita para todos os sectores da infancia. Reflexiões e propostas de profissionais da educación social. In X. M. Cid Fernández, S. Riveiro, M. V. Carrera, M. Castro, X. Rodríguez, A. F. Sanmamed, C. Antía, P. Alonso, & F. Candia. *Educación Social e Escola. Unha análise da última década (2006-2016)* (pp. 381-398). CEESG, NEG, APTSES, AEES SP, SIPS. <https://www.ceesg.gal/gl/publicacion/educacion-social-e-escola-unha-analise-da-ultima-decada-2006-2016>
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 7. ed. Paz e Terra.
- Gadotti, M. (2007). Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. *Revista Diálogo*, 18, 10-32. <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>.
- Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 20 de dezembro). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte. MEC/SEF.
- Machado, E. R. (2013). *Fundamentos da Pedagogia Social*. Editora Unicentro.
- Núñez, V. (1999). *Pedagogia Social: cartas para navegar en el nuevo milenio*. Santillana.
- Pinel, H., Colodete, P. R., & Paiva, J. S. (2012). Pedagogia social: definições, formação, espaços de trabalho, grandes nomes & epistemologias. *Conhecimento em Destaque*, 1-28. http://www.fabra.edu.br/assetmanager/assets/hcs/11_52_1_pb.pdf.
- Orzechowski, S. T., & Caliman, G. (2023). Paulo Freire en Brasil. Por una pedagogia social entre la libertad y la amorosidad. *Quaderns d' Animació i Educació Social*, 37, 2-10. <http://quadernsanimacio.net>.
- Projeto de Lei n.º 2.676 de 07 de maio de 2019. (2019, 7 de maio). Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências. *Senado Federal*. Apresentado pela Deputada Federal Luizianne Lins. <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2200488>.
- Projeto de Lei n.º 5.346 de 03 de junho de 2009. (2009, 03 de junho). Dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências. *Câmara dos Deputados*. Apresentado pelo deputado federal Chico Lopes. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=437196>.

Projeto de Lei n.º 328 de 02 de junho de 2015. (2015, 02 de junho). Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências. *Senado Federal*. Apresentado pelo senador Temário Mota. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121529>.

Quintana, C. J. M. (1997). Antecedentes históricos de la educación social. In Petrus, A. (Org.). *Pedagogia Social* (pp. 68-91). Ariel.

Sella, A. (2002). *Globalização Neoliberal e Exclusão Social: alternativas...? São Possíveis!* Editora Paullus.

Anelise de Oliveira Rodrigues

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí – Brasil

E-mail: anerodrigues0202@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3437-2892>

Sidinei Pithan da Silva

Coordenador e professor no Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí – Brasil

E-mail: sidinei.pithan@unijui.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-6400-4631>

Correspondência

Anelise de Oliveira Rodrigues
anerodrigues0202@gmail.com
Rua Fortaleza, nº 97, Bairro Sulina, Cep: 98796 294 - Santa Rosa/RS, Brasil.

Fecha de recepción: octubre de 2022

Fecha de evaluación: enero de 2023

Fecha de publicación: agosto de 2023